

INFLUÊNCIA DE GRAMSCI EM ARRIGHI PARA O ENTENDIMENTO DA HEGEMONIA INTERNACIONAL

THE GRAMSCI AND ARRIGHI INFLUENCE TO THE UNDERSTANDING OF INTERNATIONAL HEGEMONY

Dorival Bruno Leal Todescato¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo expor a influência de Antônio Gramsci sobre o pensamento de Giovanni Arrighi acerca do conceito de hegemonia internacional. A motivação em estudar Arrighi reside na peculiaridade teórica do autor, que não é necessariamente um marxista, mas parte da premissa histórica ao analisar o capitalismo em nível internacional. Portanto o nosso trabalho foi dividido em três partes em que: a) procuramos mostrar o que Gramsci entendia por hegemonia, isto é, sua concepção de hegemonia ainda sobre bases nacionais; b) ilustrar como Gramsci trabalhou ideias que ajudam a entender a hegemonia nas relações internacionais; c) exibir de que maneira Arrighi adotou o conceito de hegemonia trabalhado por Gramsci em sua própria interpretação das relações internacionais no capitalismo histórico.

Palavras-chave: Gramsci. Arrighi. Capitalismo. Hegemonia. Internacional.

ABSTRACT: The present article aims to expose the influence of Antônio Gramsci on Giovanni Arrighi 's thinking about the concept of international hegemony. The motivation in studying Arrighi resides in the theoretical peculiarity of the author, who is not necessarily a Marxist, but part of the historical premise when analyzing capitalism at the international level. Therefore our work was divided into three parts: a) we tried to show what Gramsci understood by hegemony, that is, his conception of hegemony still on national bases; b) illustrate how Gramsci worked on ideas that help to understand hegemony in international relations; c) to show how Arrighi adopted the concept of hegemony worked by Gramsci in his own interpretation of international relations in historical capitalism.

KEYWORDS: Gramsci. Arrighi. Capitalism. Hegemony. International.

INTRODUÇÃO

Na história das Ciências Sociais, não muitos autores desenvolveram uma teoria crítica, ou histórica sobre as relações internacionais. Segundo Robert W. Cox, o conhecimento em torno das relações internacionais se dividiu em dois grupos distintos: as *teorias de solução de problemas* e as *teorias críticas*². As primeiras – que são as mais preponderantes – ainda podem ser divididas em duas correntes diferentes, o realismo e o liberalismo. Embora existam divergências claras entre as teorias realistas e liberais a um motivo para Cox ter classificado ambas como teorias de solução de problemas: o caráter conservador nas duas abordagens. De certo modo essas teorias procuraram

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília. <https://orcid.org/0000-0002-7092-7552>

² “Em seu famoso artigo de 1981, “*Social forces, states and world orders*”, Robert W. Cox fez uma das mais influentes críticas na disciplina [de RI], baseando-se na escola de Frankfurt, ao dividir o campo teórico entre “teorias de solução de problemas” e “teoria crítica.” (GARCIA, 2013, p. 110)



mostrar a ordem internacional segundo a estabilidade que deve ser mantida no sistema capitalista. Por outro lado segundo Cox as teorias críticas buscam interpretar as relações internacionais contextualizando os fenômenos, o que significa dar propriedade histórica para o estudo científico. É entre essas teorias que o marxismo, mais precisamente a contribuição de Gramsci, passa a ter relevância. E entre os autores que foram influenciados pelo pensamento gramsciano adotando o conceito de hegemonia para explicar as relações internacionais está o economista italiano Giovanni Arrighi. Contudo esse autor não é um marxista propriamente dito, mas um dos principais representantes da chamada análise de sistemas-mundo, uma abordagem que ainda se coloca como crítica e histórica do capitalismo. Levando isso em conta o objetivo desse artigo é em primeiro lugar apresentar como Gramsci entendia a hegemonia no âmbito internacional. E em segundo lugar pretende-se mostrar como Arrighi adotou tal concepção de hegemonia em sua interpretação das relações internacionais.

O CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI

Entre as categorias teóricas apresentadas na obra de Antonio Gramsci, a de hegemonia é sem dúvida uma das mais discutidas. Todavia compreender o que o autor realmente estava querendo afirmar por meio de tal concepção não é das tarefas mais simples. Visto que Gramsci não expos sua ideia de hegemonia em um texto que estivesse tratando exclusivamente do assunto torna-se necessário rever as diversas diretrizes que o levaram a adotar – ou mesmo aplicar de forma histórico-científica – o referido conceito. Fazer esse exercício significa rever um pouco das bases históricas e teóricas que estruturaram boa parte da obra do autor – neste caso assumir principalmente a influência de Lênin³ no pensamento de Gramsci.

Segundo Gruppi (1978) a compreensão do conceito de hegemonia de Gramsci está naquilo que o teórico italiano entendia por história, o que nesse caso, era a ação política posta em movimento. Toda relação social pode ser identificada como tendo uma integração política, ou seja, de interesses que não se refletem apenas numa infraestrutura econômica. Neste sentido o campo da cultura se torna espaço de ação social de modo que determinados discursos de ordem e autoridade intelectual se manifestam na ideologia dominante.

As ideias dominantes de uma época representam a superestrutura que reproduz uma ordem historicamente dada. A visão de mundo dominante é a expressão inicial da conquista da hegemonia por determinado grupo social, e tal visão só se faz

³ “Antonio Gramsci foi, sem nenhuma dúvida, o teórico marxista que mais insistiu sobre o conceito de *hegemonia*; e o fez reclamando-se particularmente de Lênin. Alias, diria mesmo que, se se quer ver o ponto de contato mais constante, mais enraizado, de Gramsci com Lenin, esse me parece ser o conceito de hegemonia. A hegemonia é o ponto de confluência de Gramsci com Lênin.” (GRUPPI, 1978, p. 01)

realmente hegemônica quando ganha o aspecto de direção de toda a sociedade por esse grupo específico. Para dar um exemplo, podemos citar a ideologia construída pela sociedade burguesa, ou seja, da conquista hegemônica liberal capitalista oriunda das revoluções burguesas que tem seu maior exemplo no jacobinismo da Revolução Francesa.

Gramsci analisa a questão do *Risorgimento* partindo dessa ideia de direção das classes rumo a um novo estágio histórico, e nesse caso em especial, o autor critica a falta de identidade do principal partido burguês-progressista italiano no desenvolvimento da sociedade burguesa na Itália. Não vem ao caso nos aprofundarmos nesse estudo feito pelo autor, mas é bom elencar que naquele trabalho Gramsci descreve aquilo que entende por supremacia social (aqui entendida como hegemonia de um grupo social histórico) durante um processo revolucionário. Conforme o autor a supremacia social de um grupo se manifesta de duas maneiras: a primeira pela coerção e a segunda pelo consenso.

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a liquidar ou submeter inclusive com força armada, e dirige os grupos afins e aliados. (GRAMSCI, 2002, p. 62)

A importância que adquirem os representantes da classe hegemônica varia conforme estes consigam estabelecer uma ação política que legitime a situação material dos que se apresentam como “historicamente legítimos”. No caso da busca dessa ação política, cada classe tem por iniciativa revolucionária formar seus próprios intelectuais, seja para manter uma ordem já conquistada, ou para revolucionar determinado *bloco histórico*.

O direcionamento intelectual e moral que parte de um determinado grupo histórico, quando tratado sobre o âmbito nacional, tem por início a conquista do consenso dentro daquilo que podemos chamar de sociedade civil. Isso significa que a hegemonia tem seu alicerce inicialmente fora do aparato estatal, porém – e isso é muito importante – não pode se realizar totalmente fora da sociedade política.

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder governamental); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser “dirigente”. (GRAMSCI, 2002, p. 63)

Tal fator é relevante para entendermos como o poder é mantido por um grupo social que se apresenta como dominante e que, nesse caso, também permanece como grupo dirigente. A criação de um novo aparato hegemônico diz respeito ao desenvolvimento de uma estrutura de poder que cria novas formas de pensamento e uma nova

sociabilidade, mas que começa por suplantando as estruturas antigas de baixo para cima, ou seja, uma filosofia prática que se mostra histórico-revolucionária. Nesse aspecto encontramos a possível convergência entre Gramsci e Lênin.

O que entende Gramsci quando fala de hegemonia, referindo-se a Lenin? Gramsci entende a ditadura do proletariado. [...] Gramsci fala de princípio teórico-prático, de teorização e realização da hegemonia, ou seja, da Revolução de Outubro e da ditadura do proletariado. (GRUPPI, 1978, p. 05)

Essa aproximação entre os autores esclarece um pouco o modo como o próprio Gramsci entendia a direção política de uma classe revolucionária. Para tanto quando falamos em revolução burguesa, ou seja, revolução dirigida pela burguesia, revolução histórico-progressista entende-se que o interesse pela transformação das estruturas materiais e ideológicas da sociedade não são de interesse exclusivo da classe dirigente. Caso fosse assim não haveria as bases necessárias para criar o bloco hegemônico. Dizendo de outra forma o proletariado que é um elemento essencial da sociedade capitalista deve – assim como foi – assumir para si os interesses da burguesia. Se isso ocorrer de modo revolucionário significa que a burguesia enquanto classe dirigente conseguiu, por meio de seus representantes (intelectuais), guiar o proletariado rumo a uma nova etapa social da história⁴. Sobre esse aspecto podemos afirmar que o proletariado deixa de ser uma *classe subalterna* para se tornar uma classe política com conteúdo ideológico mesmo que dentro de um aspecto burguês.

A hegemonia é a conquista, por parte de uma camada da sociedade, da visão de mundo que tende a se tornar a ideologia histórica “verdadeira”, ou seja, historicamente legítima para todo o conjunto da sociedade. A classe hegemônica para se colocar dessa maneira deve ser sempre classe dirigente, por isso a necessidade de uma reforma intelectual e moral, e ao mesmo tempo dos serviços da polícia. Essas são as prerrogativas que dizem respeito a hegemonia no âmbito nacional e burguês, portanto estruturalmente capitalista.

O discurso hegemônico se torna mais eficaz quanto mais se torna político, quando os quadros da classe dominante atêm o poder do Estado. Por meio do Estado – em particular o Estado burguês – as outras instituições (escola, religião, tribunais, a polícia, etc.) colocarão em prática a reprodução de uma ordem intelectual e moral historicamente concebida (consenso). Ao mesmo tempo o Estado também vigia para não haver qualquer tipo de questionamento da ideologia vigente (coerção). O partido político é nesse caso a correspondência orgânica entre o Estado e a sociedade e as rela-

⁴ “O marxismo ensina ao proletariado não que se afaste da revolução burguesa, não que lhe seja indiferente, não que abandone sua direção à burguesia; mas, ao contrário, que dela participe do modo mais enérgico, que lute do modo mais resolutivo por uma democracia proletária consequente, por levar a cabo a revolução [...]” (LÊNIN apud GRUPPI, 1978, p. 11).

ções de força que derivam daí seguem inicialmente o curso dos interesses materiais. Não obstante, segundo Gramsci as relações de força na sociedade capitalista ocorrem em três níveis: nas relações econômicas que estão na divisão social do trabalho e no modo como se divide a riqueza produzida; nas relações políticas “[...], ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançada pelos vários grupos sociais.” (GRAMSCI, 2000, p. 40); e o terceiro diz respeito às relações militares. Cada uma dessas três relações de força tem correspondência com a conquista e permanência da hegemonia burguesa.

A HEGEMONIA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Todavia como dentro da realidade capitalista se estabelecem as relações de força entre as nações, isto é, entre os diferentes Estados onde pode ou não existir uma hegemonia mais efetiva? Fazendo uma interpretação dos escritos de Gramsci podemos perceber que todas as diretrizes usadas na compreensão da hegemonia naquilo que diz respeito ao Estado nacional, também podem ser aplicadas no contexto das relações internacionais (mesmo não sendo plausível afirmar que Gramsci tenha de fato uma teoria das relações internacionais). Mas nesse sentido tais categorias se distanciam do debate entre realistas e liberais. Afinal o autor interpreta a hegemonia no seu processo de construção, manutenção, e superação a partir da análise histórica.

Conforme Gramsci as relações internacionais seguem de modo lógico as relações sociais fundamentais. Portanto as relações de força que configuram uma sociedade que já tenha atingido o estágio de Estado burguês necessariamente tende a expandir sua lógica de produção e poder para outras sociedades.

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. Até mesmo a posição geográfica de um Estado nacional não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, ainda que reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia. etc.). De resto, as relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas (a hegemonia dos partidos). (GRAMSCI, 2000, p. 20)

Na atmosfera das relações sociais existem duas formas de exercer a política embora seja verdade que toda relação entre classes, ou nações no capitalismo, seja uma relação política. Gramsci fala em pequena política e a grande política⁵: a primeira diz respeito a questões mais cotidianas e conjunturais em que as classes em questão

⁵ Cf. GRAMSCI, 2000, p. 21.

não disputam, mas negociam e dividem o poder político; a grande política se relaciona com as transformações na estrutura, na reorganização da sociedade e construção de um novo Estado – um processo revolucionário que tende há levar muito tempo para sua total efetivação.

Essas formas de exercer a política estão presentes na sociedade capitalista a nível nacional e quando se apresentam na ordem internacional a diretriz fundamental que rege o poder se mantém. A pequena política internacional está relacionada à diplomacia e as negociações que procuram manter certo equilíbrio numa estrutura já estabelecida – nesse caso não há o questionamento sobre o Estado hegemônico e sua posição. A grande política diz respeito às relações entre estadistas onde o equilíbrio de forças é questionado e desafiado, situação em que a hegemonia de um Estado é colocada em risco e a força militar é fator determinante. Contudo não é certo se a grande política nas relações internacionais precisa ser de fato revolucionária visto que a derrocada de um Estado hegemônico não significa necessariamente a reorganização das relações sociais fundamentais, mas apenas a mudança do devido papel de cada Estado no capitalismo global. O mais importante a se destacar numa possível hegemonia internacional é que algo desse tipo só pode existir quando há uma hegemonia no âmbito nacional. A hegemonia de um grupo social fundamental reflete que o Estado

[...] é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e essa expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis. (GRAMSCI, 2000, p. 42)

Em vista disso a complexidade das relações internacionais se configura a partir dos diferentes graus das relações de força existentes dentro de cada Estado, o que torna a construção de uma hegemonia internacional mais recorrente ao uso do exército. Mas não que o consenso nacional deixe de existir. Para que um Estado se torne uma *grande potência* é preciso que haja um grau elevado da função hegemônica do grupo social dirigente, que o Estado tenha a capacidade de manter todas as classes em uma situação aparentemente estável em que a força policial não seja o único instrumento político eficaz.

Por isso, seria possível dizer que, quanto mais forte é o aparelho policial, tanto mais fraco é o exército e que, quanto mais fraca (isto é, relativamente inútil) é a polícia, tanto mais forte é o exército (diante de uma perspectiva de luta internacional). (GRAMSCI, 2000, p. 34)

Nas relações internacionais pode ocorrer todo tipo de subordinação social que se configura nos interesses de um Estado hegemônico ou um grupo de Estados vinculados a um aparato político que exerce a hegemonia. Numa conjuntura em que alguns países se apresentam mais adiantados na construção da sociedade burguesa, as sociedades que mantêm certo “atraso” político-ideológico, podem evidenciar a simples subordinação econômica as grandes potências. Assim, na história do capitalismo não é nenhuma surpresa encontrar sociedades cujas relações fundamentais de vida eram “pré-capitalistas”, mas mesmo assim foram espoliadas por países “desenvolvidos” dentro de uma lógica de acumulação do capital. Portanto é razoável falar em Estados subalternos, ou seja, estruturas políticas fracas do ponto de vista ideológico com uma classe hegemônica muito débil que necessite recorrer a força policial com frequência e que, por isso, no âmbito internacional é simplesmente dirigido por outra nação, liderado por ela e acoplado aos seus interesses.

GIOVANNI ARRIGHI E A HEGEMONIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Analisando a interpretação daquilo que Gramsci entendia por hegemonia na estrutura internacional é razoável afirmar que o autor deixou uma série de instrumentos que nos ajudam a pensar o capitalismo a nível mundial. Dentro desse contexto Giovanni Arrighi se destaca como um pensador cuja posição teórica se aproxima daquilo que Robert W. Cox chamou de teoria crítica das relações internacionais. No debate em que vários teóricos tentaram explicar, de modo nem sempre histórico⁶, o sistema internacional, Arrighi influenciado por, Karl Marx, Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e o próprio Gramsci procurou estudar o problema a partir de uma perspectiva sistêmica e espaço-temporal.

Conforme Arrighi é necessário diferenciar a lógica puramente territorialista da lógica capitalista de ampliação, aquisição, ou controle indireto de novas regiões. Para o autor os “governos territorialistas” se identificam com os antigos impérios, que pela visão ideológica de épocas passadas mantinham uma estrutura política sobre uma vasta região, que podia abarcar várias culturas ou formas específicas de sociabilidade, embora subordinadas ao “poder central”. O poder era entendido como a expansão territorial e controle da densidade demográfica dos domínios correspondentes. A aquisição de riqueza era o meio para atingir esse fim, mas não o objetivo fundamental por parte dos governantes. Por outro lado o sistema capitalista funciona de forma inversa, ou seja, a aquisição ou controle indireto de novos territórios é um meio para se adquirir a riqueza (acumulação de capital).

⁶ Aqui está se referindo aos teóricos liberais e realistas que Garcia (2013) afirma que Cox classificou como teóricos de *solução de problemas*.

Parafrazeando a fórmula de Marx sobre a produção capitalista (DMD') podemos traduzir a diferença entre essas duas lógicas do poder pelas fórmulas TDT' e DTD' respectivamente. Segundo a primeira fórmula, o domínio econômico abstrato [...], é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de territórios adicionais ($T' - T = \Delta T$). De acordo com a segunda fórmula, o território (T) é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de meios de pagamento adicionais ($D' - D = \Delta D$). (ARRIGHI, 2013, p. 33)

A forma territorialista de poder descrita por Arrighi corresponde a uma ordem social que Wallerstein chamou de *império-mundo*⁷, um sistema histórico que foi desaparecendo – e que atualmente não existe em nenhuma parte do globo – devido à expansão da lógica capitalista de poder. No capitalismo o poder foi de fato centralizado pelas sociedades europeias, mas no âmbito internacional embasou a existência de diversos Estados que “reconheceram” a soberania política externa⁸. Evidente que os Estados imperialistas que emergiram no capitalismo histórico devem ser entendidos de modo peculiar, contudo a lógica proposta por Arrighi não perde seu sentido, pois a aquisição de territórios continuou sendo apenas o meio para se acumular capital.

Como no sistema capitalista há coexistência de diversos Estados, a estrutura que mantém a conexão entre todo esse aparato disperso de poder é a economia, ou seja, a produção e circulação de mercadorias entre as diversas nações. Assim, diferente de um império-mundo o capitalismo se organiza sobre uma *economia-mundo*⁹, um sistema histórico que compõe várias sociedades políticas em uma mesma estrutura histórico-econômica. A economia-mundo capitalista se divide em três partes: centro, semiperiferia e periferia sendo que o que determina a posição de cada país é a sua participação na divisão internacional do trabalho. Visto que a relação econômica entre os Estados promove certa interdependência material, Arrighi converge para uma concepção de *sistema interestatal*¹⁰, o que ajuda a entender a falta de um poder mundial centralizado.

A concepção de que o sistema capitalista funciona a partir de um sistema de Estados soberanos ilustra o modo como a divisão internacional do trabalho corresponde aos interesses internacionais. Cada Estado tem uma função econômica que funciona como cadeia de produção mercantilizada. Essas *cadeias mercantis* para usar o termo de Wallerstein (2001, p. 28) estruturam a ligação material entre Estados isolados e isso define a economia-mundo capitalista. Para o referido autor a forma economia-mundo é a estrutura organizacional que permite a acumulação ininterrupta do capital. Nas pala-

⁷ Cf. WALLERSTEIN, 2006, p. 267.

⁸ Pode-se argumentar que o embrião desse processo ocorreu com a Paz de Vestfália.

⁹ Conceito inicialmente desenvolvido por Braudel (2005) na obra *Civilização material Economia e Capitalismo*.

¹⁰ Concepção muito associada a Immanuel Wallerstein.

bras de Wallerstein (2006, p. 286) “[O] desenvolvimento pleno de um modo capitalista de produção, [...] requer e só pode existir no interior de uma forma economia-mundo.”

Posto dessa maneira Arrighi argumenta que o equilíbrio de poder entre os Estados é basicamente norteado segundo a interdependência econômica. A disputa ou “concorrência” entre as empresas a nível mundial é que determina o grau de participação do Estado como agente representante de capitalistas locais. Nesse caso a hegemonia mundial (internacional) se apresenta de modo muito complexo, pois não é mais uma classe que assume o papel de dirigente de uma sociedade com o Estado burguês estabelecido, mas é um grupo nacional específico que se propõe a dirigir outros capitalistas na economia global. “O conceito de hegemonia mundial, [...], refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. (ARRIGHI, 2013, p. 27)

Mesmo nesse caso mais complexo Arrighi não se afasta da concepção de hegemonia proposta por Gramsci que é de direcionamento intelectual e moral, e quando necessário, o uso da força. Mas devido à competição entre as empresas assumir um papel de disputas entre Estados, o funcionamento do comércio internacional se sobrepõe as formas liberais de funcionamento dos mercados (lei de oferta e demanda) abrindo espaço para os monopólios, grandes corporações e sociedades secretas. Nesse caso o exercício do poder internacional fica situado numa esfera de atuação “obscura” onde o vazio entre a coerção e o consenso abre espaço para as fraudes.

Entre o consentimento e a força situa-se a corrupção/fraude (que é característica de certas situações em que é difícil exercer a função hegemônica e em que o uso da força é arriscado demais). Ela consiste em conseguir a desmoralização e a paralização do antagonismo (ou antagonismos) através da compra de seus líderes – quer às ocultas, quer, no caso do perigo iminente, de forma aberta – a fim de semear a discórdia e a confusão em suas fileiras. (GRAMSCI apud ARRIGHI, 2013, p. 28)

De acordo com Arrighi a “classe dominante internacional” só se coloca como hegemônica na medida em que sua ideologia se apresente como universal a todas as outras nações. Pela lógica de interesses no capitalismo o discurso de poder mundial sempre terá um caráter fraudulento, mas deve ser parcialmente judicioso a fim de contribuir para que o grupo capitalista específico se apresente como dirigente da ordem internacional. Caso haja somente fraude a situação configura o fracasso da hegemonia. Para, além disso, existem dois problemas que segundo o autor refletem a transposição do conceito de hegemonia de Gramsci para as relações internacionais.

O primeiro diz respeito ao que realmente significa liderança no sistema interestatal. De certo modo um Estado se torna líder na medida em que norteia para uma direção desejada o grupo de Estados associados pela interdependência econômica do

capitalismo. Um Estado também pode exercer a liderança na medida em que atrai as outras nações para sua via de desenvolvimento, porém a hegemonia construída a partir disso tenderá a ruir na medida em que a cópia do modelo dominante se transformar em concorrência. Por isso é correto afirmar que a hegemonia internacional muda de um Estado para outro, embora se mantendo na mesma estrutura de *longa duração*¹¹ capitalista.

O segundo problema relativo à transposição do conceito de hegemonia para a realidade internacional reside na diferença em contextualizar um interesse geral no sistema interestatal em vez de uma sociedade política em âmbito doméstico. Essa dificuldade reflete o modo como o sistema mundial moderno funciona, isto é, mantendo certas particularidades nacionais, mas ao mesmo tempo impondo um padrão econômico internacional, do qual a interdependência material é expressão da dominação política externa. A vista disso o uso da força é sempre presente na conquista e manutenção da hegemonia internacional e assim como afirmou Gramsci o poder do exército é sempre maior na medida em que a hegemonia nacional está mais apoiada no consenso.

Esses dois fatores ilustram o modo como Arrighi pensa as transições hegemônicas na economia-mundo capitalista. Em primeiro lugar a transição hegemônica internacional não significa uma ruptura com as estruturas capitalistas, mas a realocação da ordem do poder internacional. Em segundo lugar hegemônias no sistema interestatal nunca foram de fato totais visto que não se constituíram a partir de uma estrutura de poder mundialmente centralizada. Isso significa que qualquer hegemonia internacional na economia-mundo capitalista é relativamente instável e isso explica o porquê da maior necessidade das fraudes e do uso das armas. Para Arrighi o momento que marca uma nova hegemonia mundial é geralmente conturbado e marcado por uma relativa falta de organização no nível político internacional, o que constitui aquilo que o autor chamou de “caos” ou mais precisamente de “caos sistêmico”.

O “caos” e o “caos sistêmico” [...] referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada de conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” [...] tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico. (ARRIGHI, 2013, p. 30)

¹¹ A visão de Arrighi acerca das temporalidades reflete o modo como o autor interpretou o processo de mudança e permanência do capitalismo histórico. Sua referência repousa em Braudel (1972). Conforme este autor o tempo pode ser visto de três maneiras: a partir da curta duração (eventos), da média duração (conjuntura), e da longa duração (estrutura). O sistema capitalista integra composições sistêmicas das quais os mecanismos de mudança alteram a estrutura, mas sem extinguir sua base fundamental. Por essa capacidade de superação e adaptação das relações econômico-sociais o capitalismo é um sistema de longa duração.

As transições hegemônicas representam uma renovação do capitalismo na medida em que as crises de falta de ordem representam uma crise estrutural de todo sistema. De certo modo a hegemonia internacional expressa uma inovação na estrutura, que pode corresponder a novos mercados, novas formas de administração da produção, novos produtos, enfim de novas fontes de oferta. A constante destruição e substituição¹² das condicionantes econômicas constituem esses ciclos de acumulação do capital a nível mundial. Por isso Arrighi chama esse processo histórico de *ciclos sistêmicos de acumulação*¹³.

Esses ciclos representam uma reorganização da divisão internacional do trabalho sob uma nova liderança mundial. Em termos históricos o autor argumenta que houve quatro ciclos sistêmicos seguidos de três hegemônias mundiais. O primeiro foi o ciclo genovês, do qual criou as bases para a ampliação do capital e do comando internacional; o segundo foi o ciclo holandês que marcou a Holanda como primeira liderança mundial em termos de controle dos mercados; o terceiro foi o ciclo britânico, cuja peculiaridade hegemônica se assentava na capacidade produtiva e imperial do Reino Unido; por último há o ciclo americano para o qual o poder bélico e a integração vertical de produção, colocaram os Estados Unidos como liderança internacional.

Essa abordagem histórico-sistêmica de Arrighi sobre a hegemonia mundial (internacional) tem essa peculiaridade de interpretar as mudanças e permanências nas estruturas da economia-mundo capitalista. Uma vez que o autor compreende que a conquista hegemônica nas relações internacionais não se configura numa totalidade, mas em um sistema, é possível perceber a complexidade que assume a liderança e dominação das chamadas grandes potências. Portanto o modo como é usado o conceito de hegemonia de Gramsci ganha características que não são propriamente marxistas, mas sem retirar do conceito os componentes teóricos que lhe dão sentido em uma análise histórica do capitalismo. Não obstante, Arrighi procurou relacionar as estruturas econômicas com a ascensão de hegemônias internacionais, e isso ainda pressupõe que classe hegemônica do Estado hegemônico numa economia-mundo capitalista, deve ser a classe proprietária do capital.

CONCLUSÃO

Levando em conta as ideias expostas sobre a concepção gramsciana de hegemonia podemos deduzir alguns fatores que ilustram o modo como Arrighi se utilizou de tal concepção para explicar as relações de poder internacional. Em primeiro lugar existe já em Gramsci elementos para se pensar o possível advento histórico de hege-

¹² Arrighi (1997) sustenta esse raciocínio a partir da contribuição de Schumpeter. Nas palavras deste autor “[O] processo de destruição criativa é o fato essencial acerca do capitalismo.” (SCHUMPETER, 1984, p. 113)

¹³ “[...] os ciclos sistêmicos de acumulação são processos ligados ao “alto comando” da economia capitalista mundial – o verdadeiro lar do capitalismo, segundo Braudel.” (ARRIGHI, 2013, p. XII)

monias internacionais, ou seja, de Estados hegemônicos. O autor, em descrições sobre a história da Itália, apresenta as ideias básicas para se pensar a submissão ideológica internacional e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo. Contudo é razoável argumentar que Gramsci trabalhou com o conceito de hegemonia, sobretudo na questão nacional de formação das classes dirigentes, o que não diminui em nada o peso de suas ideias.

Em vista disso Arrighi oferece uma contribuição importante, pois transpõe o conceito de hegemonia para as relações internacionais e mostra os problemas teóricos que surgem dessa transição. Ao se apoiar na concepção de sistema interestatal e economia-mundo o autor delimita o problema da ausência de uma poder mundial centralizado. A hegemonia nesse caso não ocorre da mesma forma que no âmbito doméstico, mas em um nível mais complexo em termos de direção social, pois o poder sempre se apresentará de forma “fragmentada” – isto é, na coexistência de vários Estados – levando a grande potência hegemônica a uma liderança instável e breve do ponto de vista estrutural.

Em segundo lugar Arrighi ao direcionar o conceito de hegemonia para a relação entre Estados acaba por alterar a unidade de análise histórica, que deixa de ser o Estado para ser o sistema de Estados que são integrados por uma mesma estrutura econômica capitalista. Nesse sentido pode-se perceber a base sistêmica da teoria de Arrighi e isso é crucial no pensamento do autor. Nessa perspectiva as relações internacionais não funcionam dentro de uma totalidade, mas em um sistema complexo que reflete a interdependência material entre várias sociedades com estrutura política estabelecida. Por esse motivo não se pode afirmar que Arrighi seja um autor marxista, embora haja interpretações que o qualifiquem dessa forma¹⁴. Portanto a tese de Arrighi enquanto interprete de Gramsci, focando mais precisamente no conceito de hegemonia, se configura em uma dimensão histórica sobre o capitalismo em sua dimensão global. A hegemonia nesse caso é entendida como direcionamento organizacional de um sistema social, cujo poder político não é absolutamente centralizado, porém interligado pela mesma estrutura econômica de acumulação do capital. Essa economia-mundo capitalista é um sistema histórico e por isso sofre mudanças relativas às suas contradições e necessidades estruturais. Tais transformações tem significado um novo modelo de acumulação bem como um novo Estado hegemônico que lidera o conjunto dos outros Estados na medida em que a inovação da estrutura lhe proporcione a qualidade de referência societária a ser seguida ou mesmo copiada.

¹⁴ Cf. GARCIA, 2013, p. 112.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Contraponto, 2013.
- _____. *A ilusão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, Economia e Capitalismo: séculos XV – XVIII*. Vol. 1º. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *História e Ciência Social*. Editorial Presença, 1972.
- GARCIA, Ana Saggioro. *A introdução de Gramsci nas relações internacionais: aspectos metodológicos*. RARI – Revista Acadêmica de Relações Internacionais. Edição n.3, v.1, p. 110-120, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a Política. Vol. 3º. Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Cadernos do Cárcere: O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Vol. 5º. Civilização Brasileira, 2002.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. GRAAL, Rio de Janeiro, 1978.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a Ciência Social: Os limites dos paradigmas do século XIX*. Ideias & Letras, 2006.
- _____. *O Capitalismo histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Recebido: 29/01/2019

Aceito: 13/05/2019

